

humanitas

Vol. XLI-XLII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XLI-XLII



COIMBRA

MCMLXXXIX-MCMXC

SINGULARIDADES PERTURBANTES
EM EXEMPLARES *Ee/S* e *E/D*
D' «OS LUSÍADAS»

(TORNARMOS, POSSÍVEL PRETÉRITO REGIONAL, E NÃO «ERRO»
DE IMPRESSOR, E ENXERGAMOS, PRESENTE, E NÃO PASSADO)

Nova leitura de uma nota curiosa da *Gramática Histórica* do Prof. José Joaquim Nunes, com lembrança simultânea de uma forma da série *E/D* d'«Os Lusíadas» — *Tornarmos*, no Canto V, oit. 9, v. 6, fl. 81r — sugeriu-me ponderação do juízo do Prof. José Maria Rodrigues que, em sua *Introdução* à ed. de 1921 daquela Epopeia, afirma ser essa forma em — *r* —, antes da desinência *-mos*, «erro de imprensa» [(cf. p. III, nota (5)]. Diferente forma de diferente tempo é a que se vê em *Ee/S*, fl. 83v, oit. 25, v. 2: *enxergamos*; e direi porquê.

Por vezes, a opção entre o presente do indicativo e o pretérito do mesmo modo, na leitura e escrita do venerando texto épico quinhenista, não é fácil, e exige a maior atenção ao contexto, pois não faltam ocorrências de transição brusca (1) de *pretérito* (V, 75, vv. 7-8) para *presente* do indicativo (presente histórico: V, 76, vv. 1, 3, 5, 7-8: *são... parece, se conhece, se tece, se tinge, cinge*; e logo em V, 77, vv. 1, 3, 5, etc.: *falam, igualam, se abalam*), com novo regresso ao pretérito,

(1) Estas transições inesperadas explicam critérios menos comuns, como o do Prof. Telmo Verdelho, *Índice Reverso de «Os Lusíadas»*, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1981, que a p. 407, coloca *esperamos* no presente, em V, 75, em rima com *achámos* (em parêntese) desta mesma oitava e canto, a p. 406, desta mesma prestantíssima Obra, que tanto me tem ajudado em pesquisa camoniana.

em V, 78, vv. 1, 3 e 5, pelo menos nas leituras dos Profs. José Maria Rodrigues e Á. J. da Costa Pimpão (2) (o primeiro, natural de Cerdal, *Viana do Castelo*, doutorado em *Coimbra*, depois Reitor do Liceu do Carmo, em *Lisboa*, donde regressou à Universidade de *Coimbra*, até 1928; o segundo, nascido em *Coimbra*, professor e Reitor dos Liceus da *Figueira da Foz* e de *Viseu*, Prof. e Director da Faculdade de Letras da Universidade de *Coimbra*).

Começamos por isso a diligência desta breve reflexão por proceder ao levantamento completo de tais formas, ordenando-as alfabeticamente:

Presente do indicativo

- . *achamos*, II, 105, v. 4, fl. 36v [Ed. Nac., p. 72; Ed. Instit., p. 55] (3)
- . *amainamos*, V, 25, v. 4, fl. 83v [Ed. Nac., p. 167; Ed. Instit., p. 129]
- . *amostramos*, VIII, 36, v. 8, fl. 134r [Ed. Nac., p. 269; Ed. Instit., p. 206]
- . *andamos*, I, 52, v. 1, fl. 9v [Ed. Nac., p. 18; Ed. Instit., p. 14]

(2) Natural da Madeira, sempre distingi entre *-amos*, presente do indicativo, e *-ámos*, pretérito do mesmo modo. Minha Mulher, nascida em Lisboa, onde se manteve, até depois da Licenciatura, assim, igual e invariavelmente, pronunciou, o mesmo acontecendo, segundo há pouco nos confirmaram, o nosso antigo Colega e actual Prof. do Conservatório Nacional, jubilado, Dr. Eurico Lisboa Filho, e o Sr. Jaime Ferreira do Carmo, natural de Angola, seu ex-aluno. Todavia, no valioso estudo «Trabalhos Inéditos de F. Rebelo Gonçalves sobre o Texto d'Os Lusíadas» pela Prof.^a D. Maria Isabel Rebelo Gonçalves, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Dezembro de 1986, lê-se: «Sabe-se que, em certas regiões do País, nomeadamente em Lisboa, se não faz qualquer distinção entre *-amos* e *-ámos*» (p. 185), o que, visivelmente, se me afigura afastar-se, por sua vez, igualmente, das observações e ensinamentos do Prof. J. B. Herculano de Carvalho: «A oposição *á/ê* distingue o pretérito *-ámos* (*cantámos*) do presente *-ámos* (*cantâmos*).» Cf. «Estudos Linguísticos», vol. 2.º, Atlântida Editora, Coimbra, 1969, p. 102. Outros trabalhos — de arqueologia e de geografia linguísticas (estou pensando especialmente nos da *Revista Portuguesa de Filologia* da direcção do Prof. Manuel de Paiva Boléo) acentuarão, por certo, aspectos de muito interesse aqui apenas muito rapidamente lembrados por mim.

(3) *Ed. Nac.* = Edição Nacional (Texto... revisto pelo Dr. José Maria Rodrigues); *Ed. Instit.* = Instituto de Cultura Portuguesa, Ministério da Educação, pelo Prof. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, 1989.

- . *auisamos*, IV, 73, v. 7, fl. 74r [*Ed. Nac.*, p. 147; *Ed. Instit.*, p. 113]
- . *buscamos*, II, 32, v. 7, fl. 24r [*Ed. Nac.*, p. 47; *Ed. Instit.*, p. 37]
V, 64, v. 7, fl. 90r [*Ed. Nac.*, p. 180; *Ed. Instit.*, p. 139]
- . *chamamos*, IV, 95, v. 2, fl. 77v [*Ed. Nac.*, p. 154; *Ed. Instit.*, p. 118]
- . *confiamos*, II, 82, v. 1, fl. 32v [*Ed. Nac.*, p. 64; *Ed. Instit.*, p. 49]
- . *desembarcamos*, V, 26, v. 1, fl. 83v [*Ed. Nac.*, p. 167; *Ed. Instit.*, p. 129]
- . *enxergamos*, V, 25, v. 2, fl. 83v [*Ed. Nac.*, p. 167; *Ed. Instit.*, p. 129]. — Aqui, os dois Mestres escreveram *enxergamos*, sem acento gráfico: presente do indicativo.

Obs. — Enquanto, na mesma *ed. princeps* que vimos seguindo, o acento grave está nítido em S_3 e S_4 , ele reduz-se a um *ponto* aparente em S_6 e desaparece por completo em S_5 e em *D*, por virtude de ocorrência tipográfica (desgaste do tipo, falta de tinta de imprimir, por exemplo, ou por nunca ter sido colocado sobre a mesma vogal). Epifânio utilizou o exemplar *Cam. 2P* da Biblioteca Nacional de Lisboa; eu trabalhei com *Cam. 3P* desta mesma biblioteca. Por isso o Mestre não o notou. Em *Piscos*, fl. 129v, não há acento gráfico.

- . *esperamos*, I, 8, v. 5, fl. 2r [*Ed. Nac.*, p. 3; *Ed. Instit.*, p. 3]
II, 82, v. 3, fl. 32v [*Ed. Nac.*, p. 64; *Ed. Instit.*, p. 49]
- . *habitamos*, I, 54, v. 1, fl. 10r [*Ed. Nac.*, p. 19; *Ed. Instit.*, p. 14]
- . *leuamos*, V, 64, v. 8, fl. 90r [*Ed. Nac.*, p. 180; *Ed. Instit.*, p. 139]
- . *logramos*, V, 10, v. 6, fl. 81r [*Ed. Nac.*, p. 162; *Ed. Instit.*, p. 125]
- . *nauegamos*, I, 52, v. 3, fl. 9v, [*Ed. Nac.*, p. 18; *Ed. Instit.*, p. 14]
54, v. 3, fl. 10r, [*Ed. Nac.*, p. 19; *Ed. Instit.*, p. 14]
II, 32, v. 8, fl. 24r [*Ed. Nac.*, p. 47; *Ed. Instit.*, p. 37]
82, v. 5, fl. 32v [*Ed. Nac.*, p. 64; *Ed. Instit.*, p. 49]
- . *procuramos*, I, 54, v. 5, fl. 10r [*Ed. Nac.*, p. 19; *Ed. Instit.*, p. 14]

(4) Mantêm-se as formas iniciais, colocadas fora de parêntese, exactamente como fizemos em relação às do *presente*, reproduzindo-as da *ed. princeps*. Hoje são escritas com /a/ aberto na «Nova Gramática do Português Contemporâneo» pelos Profs. Celso Cunha/Lindley Cintra, Edições Sá da Costa, Lisboa, 5.^a ed., 1988 (1.^a ed.: 1984), p. 390, *Observações*, 1.^a.

Pretérito perfeito (4)

- . *achamos*, V, 9, v. 8, fl. 81r [*Ed. Nac.*, p. 162: *achámos*; *Ed. Instit.*, p. 125: *achámos*]
 - 27, v. 1, fl. 84r [*Ed. Nac.*, p. 168: *Achámos*; *Ed. Instit.*, p. 129: *Achámos*]
 - 66, v. 7, fl. 90v [*Ed. Nac.*, p. 181: *achámos*; *Ed. Instit.*, p. 139: *achámos*]
 - 69, v. 3, fl. 91r [*Ed. Nac.*, p. 182: *achámos*; *Ed. Instit.*, p. 140: *achámos*]
 - 75, v. 8, fl. 92r [*Ed. Nac.*, p. 184: *achámos*; *Ed. Instit.*, p. 141: *achámos*]
- . *alegramos*, V, 78, v. 1, fl. 92v [*Ed. Nac.*, p. 185: *alegrámos*; *Ed. Instit.*, p. 142: *alegrámos*]
- . *aleuantamos*, V, 78, v. 5, fl. 92v [*Ed. Nac.*, p. 185: *alevantámos*; *Ed. Instit.*, p. 142: *alevantámos*]
- . *alimpamos*, V, 79, v. 3, fl. 92v [*Ed. Nac.*, p. 185: *Alimpámos*; *Ed. Instit.*, p. 142: *Alimpámos*]
- . *andamos*, V, 66, v. 5, fl. 90v [*Ed. Nac.*, p. 181: *andámos*; *Ed. Instit.*, p. 139: *andámos*]
 - 69, v. 5, fl. 91r [*Ed. Nac.*, p. 182: *andámos*; *Ed. Instit.*, p. 140: *andámos*]
- . *aparelhamos*, IV, 86, v. 3, fl. 76r [*Ed. Nac.*, p. 151: *Aparelhámos*; *Ed. Instit.*, p. 116: *Aparelhámos*]
- . *aportamos*, V, 9, v. 1, fl. 81r [*Ed. Nac.*, p. 162: *aportámos*; *Ed. Instit.*, p. 125: *aportámos*]
- . *chegamos*, VIII, 73, v. 7, fl. 125r [*Ed. Nac.*, p. 281: *chegámos*; *Ed. Instit.*, p. 215: *chegámos*]
- . *deixamos*, V, 6, v. 1, fl. 80v [*Ed. Nac.*, p. 161: *Deixámos*; *Ed. Instit.*, p. 124: *Deixámos*] 9, v. 7, fl. 81r [*Ed. Nac.*, p. 162: *deixámos*; *Ed. Instit.*, p. 125: *deixámos*]
 - 65, v. 5, fl. 90r [*Ed. Nac.*, p. 180: *deixámos*; *Ed. Instit.*, p. 139: *deixámos*]
 - 83, v. 2, fl. 83r [*Ed. Nac.*, p. 186: *Deixámos*; *Ed. Instit.*, p. 143: *Deixámos*]
- . *entramos*, V, 8, v. 3, fl. 80v [*Ed. Nac.*, p. 161: *Entrámos*; *Ed. Instit.*, p. 125: *Entrámos*]

- . *esperamos*, V, 75, v. 7, fl. 92r [*Ed. Nac.*, p. 184: *esperámos*;
Ed. Instit., p. 141: *csperámos*]
- . *imploramos*, IV, 86, v. 7, fl. 76r [*Ed. Nac.*, p. 151: *Implorámos*;
Ed. Instit., p. 116: *Implorámos*]
- . *nauegamos*, V, 61, v. 7, fl. 89v [*Ed. Nac.*, p. 179: *navegámos*;
Ed. Instit., p. 138: *navegámos*]
- . *passamos*, V, 5, v. 1, fl. 80r [*Ed. Nac.*, p. 160: *Passámos*; *Ed. Instit.*, p. 124: *Passámos*]
7, v. 1, fl. 80v [*Ed. Nac.*, p. 161: *Passámos*; *Ed. Instit.*, p. 124: *Passámos*]
11, v. 1, fl. 81r [*Ed. Nac.*, p. 162: *passámos*; *Ed. Instit.*, p. 125: *passámos*]
- . *pouoamos*, V, 5, v. 3, fl. 80r [*Ed. Nac.*, p. 160: *povoámos*; *Ed. Instit.*, p. 124: *povoámos*]
- . *tomamos*, V, 8, v. 7, fl. 80v [*Ed. Nac.*, p. 161: *tomámos*; *Ed. Instit.*, p. 125: *tomámos*]
61, v. 8, fl. 89v [*Ed. Nac.*, p. 179: *tomámos*; *Ed. Instit.*, p. 138: *tomámos*]
69, v. 1, fl. 91r [*Ed. Nac.*, p. 182: *tomámos*; *Ed. Instit.*, p. 140: *tomámos*]
- . *tornamos*, V, 9, v. 6, fl. 81r [*Ed. Nac.*, p. 162: *Tornámos*; *Ed. Instit.*, p. 125: *Tornámos*]

Obs. — Na série *E/D*, neste lugar, *Tornarmos*. O Prof. Epifânio Dias, que registou a forma no aparato, encontrou-a no exemplar *Cam. 1P* da Biblioteca Nacional de Lisboa, e o mesmo sucede no correspondente do Paço Ducal de Vila Viçosa, Biblioteca de D. Manuel II, de cota 378/C. Esta forma manteve-se em *-armos*, na edição de *Piscos*, fl. 126r, 1.^a oit., exactamente como em *E/D*, uma das doze comuns às duas «edições», como o Prof. José Maria Rodrigues refere, a p. XII, na *Introdução* à ed. de 1921.

Reflexões sobre os registos precedentes

1. O registo inicial de cada caso tomei-o, e reverifiquei-o, do exemplar *Cam. 3P* da Biblioteca Nacional de Lisboa, da série *Ee/S*,

e do de cota 378/C da Biblioteca de D. Manuel II, do Paço Ducal de Vila Viçosa, da série E/D, ambos publicados em *fac-símile*, na edição de 1980 da Academia das Ciências de Lisboa.

De notar, seguidamente, que coincidem, sem desencontros, os dois ilustres camonistas do século XX — Profs. José Maria Rodrigues e Álvaro Júlio da Costa Pimpão — no assinalar, graficamente, a distinção, hoje corrente, entre *-amos*, com /a/, própria do presente, e *-ámos*, com /a/, nos casos de pretérito.

Se nos limitarmos, entretanto, às duas formas neste estudo observadas com atenção particular, veremos que o acordo de outros grandes Mestres, com os dois investigadores acima referidos não é extensivo à totalidade examinada.

Efectivamente, e quanto à forma *tornámos*, do Canto V, 9, v. 6, se uns (e desde, pelo menos, *Gomes de Amorim*, ed. 1889, tomo I, p. 476) assinalam também essa abertura com acento agudo, por exemplo, entre outros, o *Prof. Mendes dos Remédios* (ed. 1903, p. 141), o *Prof. Hernâni Cidade* (ed. Sá da Costa, I, de 1947, p. 250), o *Prof. António José Saraiva* (ed. Figueirinhas, 1979, p. 228), outros, e à frente dos maiores — o celebrado *Prof. Epifânio Dias* (tomo I, 1910-1916/18; 1972, Ministério da Educação e Cultura, com «Estudo prévio» do *Prof. Maximiano de Carvalho e Silva*, Brasil, 1972, p. 273) — e o *Prof. António Salgado Júnior* (Rio de Janeiro, ed. da Aguilar, 1963, p. 117) escreveram *Tornamos*, sem acento gráfico (e, na mesma oitava, naturalmente, também, *aportamos, deixamos, achamos*), tal como *D. José Maria de Souza-Botelho*, Morgado de Mateus, o notável e benemérito editor de 1817 (cf. p. 162).

Para *enxergamos*, do canto V, 25, v. 2, a concordância afigura-se-me muito mais generalizada, com nítida preferência, a opção do *presente* do indicativo e dispensa de acento gráfico [só *Gomes de Amorim* usa acento circunflexo, contudo, em rima com *amainâmos* (ainda com este acento) e *estamos* (já sem ele)]; e se o *Prof. Telmo Verdelho* registou, na obra a que me refiro (na nota 1), a forma acentuada com acento agudo:

«...vb. (*enxergámos*) *enxergâmos*
V. 25.»

penso tratar-se de simples lapso tipográfico, tal como, relativamente a *esperamos*, em V, 75, v. 7, fl. 92r, p. 407, 1.^a coluna, pois deve ser caso diferente de *esperamos*, no mesmo verbete, mas correspondente a I, 8,

v. 5, fl. 2r, e II, 82, v. 3, fl. 32v (o do 1.^o = *esperámos*; os do 2.^o = *esperamos*). Desejar-se-ia assinalar a abertura do -a- de -amos do próprio presente do indicativo, em época camoniana? O que digo adiante, no número 6, dos textos latinos, talvez ajude a esclarecer este assunto.

2. Exceptuados, pois, os dois casos em apreço da *ed. princeps*, como entender a frequentíssima uniformidade da escrita em -amos, em *Ee/S* e *E/D*, envolvendo presentes e pretéritos? Óbvio e uniforme correspondência a /a/ no código oral implícito? Mas não haveria já manifesta tendência para evolução no sentido da articulação em /a/, como *enxergâmos*, presente, parece sugerir, tendência que esta forma — graficamente acentuada com acento grave — visaria contrariar?

3. Não conheceria Luís de Camões *formas regionais*, ainda bem vivas em pleno século XX, análogas às que o Prof. José Joaquim Nunes (5) localizou, em várias regiões do País, entre as quais *Ribatejo* e o *distrito de Coimbra*, onde o Poeta residiu e onde viviam amigos e/ou familiares seus?

Emergência, no consciente de *Luís de Camões*, em um ou outro momento, de formas deste tipo, rejeitadas em virtude do comum acatamento da norma generalizada e consagrada pelas obras literárias coevas? Produto de hábitos linguísticos do *impressor*?

4. De realçar súbita e irreprimível tentação, no caso de *enxergâmos*, V, 25, v. 2, fl. 83v, de marcar, pelo recurso a algum processo gráfico simples, a distinção já sentida, aqui ou ali, agora ou logo, entre falantes do tempo? Proviria esta iniciativa *do épico*, a qual,

(5) Cf. Dr. José Joaquim Nunes, «Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)», 3.^a ed., Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945, pp. 321-322, parte central da nota (2): «...ainda noutras (Ribatejo, distritos de Coimbra e Portalegre, muito raramente no Norte) antepõe na primeira pessoa do plural, em tôdas as conjugações, um *r* à desinência respectiva (ex.: *passarmos*, *vindermos*, *fugirmos*), por influência do mais que perfeito, que êle às vezes usa com valor de perfeito». Esta nota respeita à alínea «a) Pretérito perfeito».

Se bem rebusquei, o passo transcrito resistiu à sereníssima mas exigente crítica do Prof. Serafim da Silva Neto, «Manual de Filologia Portuguesa», 2.^a ed./melhorada e aumentada, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, pp. 49-59.

como vimos, atinge alguns exemplares da série *Ee/S*? Da atitude estimulante do amigo do Poeta, *Pêro de Magalhães de Gândavo*, nas «Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa (...)», impressas em Lisboa, «na officina de Antonio Gonçalvez. Anno de 1574», cuja «enformação», assinada por Lião Anriquez e Manoel de Coadros, é datada de «9 de Outubro de 1574» e se funda no *visto* de Fr. Bertholameu Ferreira? Dir-me-ão que distinguir, como aí se preconiza, o «passado» do «por vir» (= futuro) por meio de um acento gráfico («*alcançàra, louuàra, agradecéra*» | «*alcançarà, louuarà, agradecerà*»), onde a mudança de acentuação na tónica se liga à mudança de tempo, não é o mesmo que o distinguir o timbre /a/ ou /a/ de formas homógrafas, *igualmente paroxitónicas*, capazes de exprimir ou o *presente* ou o *passado*.

Sem dúvida: mas não falo de *reprodução* de um sistema ortográfico, antes somente de uma *adaptação* de um mesmo instrumento, que é um acento gráfico utilizado com objectivos distintos.

5. Se efectivamente a hipótese que adianto no número anterior, o 4, enquanto estímulo ou sugestão, se prende com a data de 1574, a da publicação do livro de Pêro de Magalhães, então é evidente que há exemplares da série *Ee/S*, como já há alguns anos admiti por diferente motivo, que *não deveriam ser anteriores a esse ano*.

Na verdade, se examinarmos, mesmo só com o auxílio da luz solar, por transparência, por exemplo, a fl. 133 do exemplar *Cam. 2P* e a fl. 131 de outro, o *Cam. 4P*, ambos da série *Ee/S* da Biblioteca Nacional de Lisboa, poderemos ver, nitidamente, curiosos desenhos — filigranas — que, muito semelhantes, aparecem também a pp. 5, 7, 281-282, 377-378, 413-414 e em várias outras do livro de Jerónimo Corte Real, «Sucesso do Segũdo Cerco de Diu», de 1574, e *não têm equivalentes de idêntica forma, fora da série Es/S dita de 1572, em quaisquer outros livros anteriormente impressos na officina de António Gonçalves*. Por outro lado, algumas outras filigranas — das mais características que tornam inconfundível o papel em que o mesmo impressor produziu o exemplar de cota 2864V daquela Biblioteca Nacional, as «Leis Extravagantes» de Duarte Nunes do Lião, de 1569, por exemplo, fls. 4, 105 e 148, são extremamente parecidas com as do papel do exemplar 378/C, da série *E/D*, do Paço Ducal de Vila Viçosa, a fls. 82 e 169, as quais ainda aparecem em 1573 — *mas não posteriormente* — no livro de António de Castilho, «Commentario do Cerco

de Goa & Chaul», também da oficina de António Gonçalves, de cota 1783¹ do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fls. 11 e 31. Eu verificara exactamente o mesmo, ainda que com outras localizações, em outro exemplar da série *E/D*, o *Cam. IP*, mas da Biblioteca Nacional; e, desejoso de continuar esta pesquisa, pretendi conhecer e examinar outros exemplares, aparentemente idênticos, ditos da mesma série *E/D*, pertencentes — um à *Biblioteca Pública de Ponta Delgada*, São Miguel (por minha carta dirigida ao ex-Director dela, Sr. Dr. Hugo Moreira, datada de 27 de Agosto de 1986) e outro à *Diocese do Algarve*, o que ainda se não concretizou, e deveria ser extensivo aos restantes exemplares constantes da relação indicada pelo Prof. Bernardo Xavier Coutinho, em artigo publicado nos Arquivos do Centro Cultural Português, XVI, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1981, p. 573.

Em face do exposto, não parece difícil arriscar um parecer fundamentado acerca das teses que opõem o Morgado de Mateus com a Prof.^a D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos (6) a Tito de Noronha com o Prof. José Maria Rodrigues (7), relativamente aos problemas de datação de certos exemplares das séries *Es/S* e *E/D*, desde que cada um destes autores tenha sido lido e soletrado...

Apenas estes investigadores? — Evidentemente que não. Vários outros e mesmo já desaparecidos fazem muita falta; e acrescentem-se àquelas sugestões os nomes do Prof. Jorge de Sena (8), o do Dr. Dias Agudo (9), o do Prof. Álvaro Júlio da Costa Pimpão (10) e o do Prof. Aníbal Pinto de Castro (11), sem esquecer o do Prof. Epifânio

(6) E, desde logo, se começa a entender o caso da *omissão* de boa parte da introdução «OS LUSÍADAS» — que a Mestra colocara à entrada da sua edição de 1908 da Epopeia: a verificada no «Prefácio» da chamada *Edição Nacional*.

(7) A *Introdução* à ed. de 1921 é de leitura essencial, mas só a sugiro, se convenientemente preparada.

(8) Prof. Jorge de Sena, «Uma Canção de Camões...», 1966, pp. 349-351; «Os Sonetos de Camões (...)\», 1969, pp. 64-65.

(9) Dr. Francisco Dias Agudo, 'A Edição d'«Os Lusíadas» de 1572' (*Garcia de Orta*, Rev. da JNU, Lisboa, 1972, pp. 1-9, com Estampas I (antes da p. 1) e II a XXII (logo depois da p. 10).

(10) Prof. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, 'A edição «princeps»' em «*Os Lusíadas* de Luís de Camões», Lisboa, 1972.

(11) Prof. Aníbal Pinto de Castro, «À Guisa de Apresentação», pp. V-XI, na 2.^a ed., de 1989, da Obra indicada na nota n.º 10.

Dias (12), em sua «Introdução» memorável; e um dos mais brilhantes e perspicazes, o Prof. Kenneth David Jackson (13). Contudo, como prescindir — e isso é prática corrente — de estudos codicológicos convenientes, *personais*, se estes são tão importantes em problemas de datação?

Desenhos esquemáticos — inspirados na observação de filigranas, a que se alude no presente estudo — destinados a facilitar a leitura do número 5 das *Reflexões* aí produzidas:

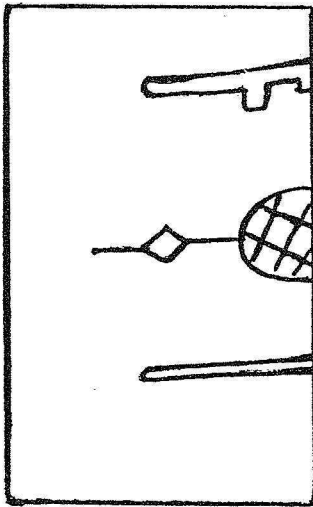


FIG. 1

«Os Lusíadas» — *Ee/S*
Exemplar *Camp. 4P* da BNL, fl. 131.

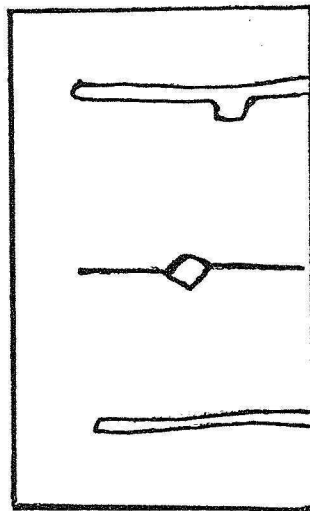


FIG. 2

«Sucesso do Segundo Cerco de Diu»
Exemplar dos *Res. 428P (1574)* da
BNL, pp. 407-408

(12) Prof. Augusto Epifânio da Silva Dias, «Os Lusíadas de Luís de Camões (...)», 3.^a ed., Ministério da Educação e Cultura, Brasil, 1972.

(13) Prof. Kenneth David Jackson, «A Critical Edition of the 1572/*Lusíadas*: Preliminary Observations» (em «*Camoniana Californiana*», University of California, Santa Barbara, 1985, pp. 20-39).

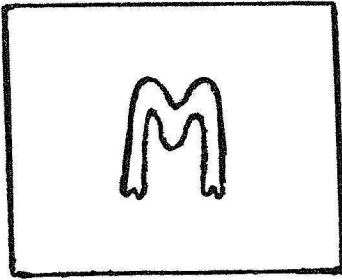


FIG. 3

«Leis Extravagantes»
Exemplar dos *Res. 2864V (1569)*
da BNL, fls. 4, 105 e 148

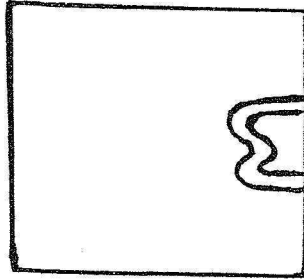


FIG. 4

«Os Lusíadas» — *E/D*
Exemplar de *cota 378/C* da Biblioteca
de D. Manuel II do Paço Ducal de
Vila Viçosa, fl. 82.

(Letra *M*, de linha dupla: total ou só parcialmente observável).

OUTRAS FIGURAS merecem igualmente a maior atenção, pois, associadas por temas, convenientemente, permitem, também, com outros objectos de observação (letras gastas, colagens, etc.) caracterizar e identificar papéis do mesmo impressor António Gonçalves: *Estrelas* *; *Corações*; *Coroas*; *Chapéus* ou *Vasos*; Pequenos *Círculos*, com e sem *cordas*, ligados por *segmentos de recta*; etc.

6. Atribuir aos *autores* responsabilidade total quanto ao acontecido em textos impressos provenientes de oficinas quinhentistas é demasiada imprudência, claro está, pois *as tarefas dos impressores de então* eram consideráveis e em muitos casos *decisivas*. Lembremos o que sucedeu com *Montaigne* e, no século imediato, com *Cervantes* (a *ed. princeps* de «D. Quixote» é de 1605).

Decisivas em absoluto, sem ouvir nem consultar, uma ou outra vez, muitas vezes possivelmente, os autores? Quem poderá hoje acreditá-lo, depois de se conhecer uma correcção do género da de III, 55, v. 7 (*Escalabisco*, em *Cam. 4P* da BNL, colado sobre *Scabelicastro*) e variantes como *Crocodilo/Cocodrilo*, em X, 95, v. 3, no interior de uma mesma série de exemplares da *ed. princeps*?

* *Estrelas* de 4 pontas; de 5 pontas (com ou sem círculo, interior); de 6 pontas. Ligam-se, por vezes, por um segmento de recta a figura de dedos de mão, outras, também por um segmento, a um círculo com cordas.

Seriam, então, as duas formas, *Tornarmos* e *enxergâmos*, que vimos estudando neste trabalho (e perdoem-me os que não crêem serem as duas séries *E/D* e *Ee/S* ambas do tempo da actividade conhecida de António Gonçalves, de 1568 a 1576, os que convictamente e com bons fundamentos, não excluem a hipótese de *E/D* ter saído dos prelos de Andrés Lobato, ou de Manuel de Lira, embora, talvez, sem exame directo e pormenorizado e metódico das filigranas dos respectivos papéis!), produções *do Poeta*, ou antes, das mãos *do impressor*? E aquelas outras pequenas oscilações de que nascem, aqui ou ali, no venerando texto, hipóteses de ritmo de gaita galega, inesperadamente, com que os editores, e até dos mais atentos, se não preocupam com dar sinais de lhes serem sensíveis? De um ou do outro?

António Gonçalves não possuiria a esmerada cultura linguística e literária de Luís de Camões, mas enxergaria, se me não engano, muito para além de técnicas que regulavam a boa colocação dos pés dos caracteres no componedor... Habitados a ler *textos latinos*, onde a *acentuação gráfica é inexistente* (quem pode ignorar os volumes compostos em língua do Lácio, saídos da oficina da Costa do Castelo?), preocupar-se-iam um ou outro, o Poeta ou o seu impressor, com notações gráficas de timbres vocálicos, se o próprio assinalar da vogal tónica se lhes apresentava como luxo ou requinte, diversamente do sucedido com espíritos analíticos e inovadores de outro tipo, como os de João de Barros ou de Pêro de Magalhães de Gândavo?

Naquela oficina, que não ficava longe da residência lisboeta do épico, desde o regresso da Índia, do Oriente, trabalhava-se honradamente, mas — santo nome de Deus! — nem sempre era possível, tal como hoje, evitar gralhas, na própria numeração das folhas, e, quando eram de monta, colava-se um rectângulozinho sobre a forma que saíra errada, fosse o livro escrito em português ou em latim, *como várias vezes sucedera*, logo em 1568, na «Pityographia» de Álvaro Cadaval Valadares de S. Maior, no exemplar *Res. 217 V* da BNL.

7. As notas que acima deixo, em relação às duas formas do texto épico, salientam, mais uma vez, a complexidade que se ergue frequentemente no espírito de quem deseje fixá-lo com exactidão, apesar de quanto se tem produzido, discutido e apurado, em Encontros e Reuniões Internacionais de Camonistas; e por isso, quando estes e semelhantes ou outros problemas suscitados pelas «brônzeas oitavas» estejam

ultrapassados, seria prenda caída do Olimpo uma edição delas, em transcrição rigorosa mediante o *Alfabeto Internacional de Fonética*, com a pronúncia quinhentista em página colocada em frente da que a apresentasse nossa contemporânea (14), e não reprodução da que hoje é menos comum e pode ver-se na edição d'«Os Lusíadas», anotada por F. de Salles Lencastre «para leitura da Infância e do Povo», precedida de uma «Exposição sobre a Pronúncia da Língua Portuguesa» por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, obra aliás há muito esgotada. Destinar-se-ia ao uso de quem se interessa pela recitação ou declamação, citação — necessariamente oral — em conferências ou aulas responsáveis, quer em nossas Escolas destinadas a gente adulta, quer nos Leituros estrangeiros, por exemplo. Haveria o maior cuidado com a *marcação da tónica* e advertir-se-ia o leitor quanto a *dificuldades de ritmo*.

E os nossos locutores da rádio e da televisão beneficiariam com isso e, ouvindo-os, os nossos filhos e alunos.

Antes de terminar, gostaria de defender, mais uma vez, uma ideia simples — e que penso seria de notório alcance educativo e cultural — a de se organizarem não só quanto aos exemplares conhecidos d'«Os Lusíadas», tanto os do nosso País como os do Estrangeiro, mas também, pouco a pouco, a quaisquer outros livros quinhentistas, *reproduções fac-similadas*, de qualidade, que contivessem, no fim de cada volume, com localizações precisas, *todas as filigranas respectivas*. Notar-se-iam, naturalmente, ainda *colagens* e outros fenómenos de eventual interesse quanto ao estado do texto, menos perceptíveis no *fac-simile*. Aliás o presente estudo justifica, parece-me, a utilidade do empreendimento.

É-me grato reconhecer que, tendo exposto esta sugestão, em Junho de novecentos e oitenta e nove, na Biblioteca Nacional, ao Sr. Prof. Mar-

(14) Devo ao Prof. Dr. Eurico Lisboa Filho, jubilado do Conservatório Nacional de Lisboa, informação de suas numerosas diligências no sentido de melhorar o sombrio e lamentável desmazelo com que está a deteriorar-se, dia a dia, a articulação das palavras proferidas em voz alta em lugares públicos, a ponto de, por vezes, mal serem ouvidas e entendidas, logo nas primeiras filas da plateia, em salas de teatro, por exemplo.

Mas... pronúncia de que região? A do Porto ou de Guimarães, a de Coimbra cidade, a de Ponta Delgada ou a de Lisboa? A obra do Prof. A. Martínet, a do Prof. L. Warnant, a do Prof. Pierre Fouché, para a pronúncia do Francês hodierno, poderiam conter sugestões úteis; e a conhecida *Gramática* da Prof.^a D. Maria Helena Mateus *et alii*, mais directamente, por certo.

tim de Albuquerque, como o fizera antes ao Sr. Fernando Portugal no mesmo edifício, ambos a acolheram com interesse e total concordância.

Desejo, ainda, lembrar que os elementos de datação mencionados neste estudo *não esgotam* as vias identificadoras que os mesmos nos oferecem. Isolei-os, todavia, por serem particularmente válidos e singularmente expressivos no conjunto de quantos surpreendi em volumes e opúsculos de oficinas tipográficas de Quinhentos, os quais estudei nos Reservados da BNL, no ANTT, na Biblioteca de D. Manuel II, em Vila Viçosa, na Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto. Insisto: não são os únicos e avaliar-se-ia mais facilmente a força persuasiva deles, se a todos aqui reproduzisse, associados, conforme se vê em obras de investigação desta natureza; mas penso ter mostrado quanto proveito se pode colher destas diligências, enquanto outros as não aperfeiçoam, discutem e completam.

Lisboa, 6 de Abril de 1991.

EMANUEL PAULO RAMOS

(Comissão para a edição crítica d'*Os Lusíadas*
Academia das Ciências de Lisboa)

Referências às siglas usadas

S — Cam. 3P // *S*₂ — Cam. 2P // *S*₃ — Cam. 4P // *S*₄ — exemplar reproduzido pela *Revista de Portugal*, 1943, e pelo Prof. A. G. da Cunha, *Índice*, 2.^a ed. // *S*₅ — exemplar produzido pelos estabelecimentos de ensino *Colégio Militar*, *Instituto de Odivelas* e *Pupilos do Exército*, 1980 // *S*₆ — exemplar da Academia das Ciências de Lisboa.